

CONDIÇÕES OBJETIVAS DE VIDA: COMO VIVEM E SOBREVIVEM MORADORES DE UMA COMUNIDADE URBANA

Paola Regina Buoro
Walter Mariano de Faria Silva Neto
Raquel Souza Lobo Guzzo
(PUCCAMP – Campinas - SP)

Resumo

Os objetivos dessa pesquisa envolvem sistematizar elementos das condições objetivas de vida de moradores de uma ocupação urbana de Campinas e analisar sua consciência sobre a influência dessas condições em sua qualidade de vida. Foi utilizado o banco de dados do grupo de pesquisa contendo entrevistas realizadas com moradores de um bairro periférico na cidade de Campinas. Embora tenham sido identificados alienação e fatalismo perante as adversidades, há a percepção acerca de condições objetivas adversas e insatisfatórias, o que poderia pautar a atuação do psicólogo nesta comunidade. A importância de pesquisas como esta, fica evidenciada ao observarmos que a urgência e profundidade das adversidades vividas nesta comunidade não são abarcadas pelos instrumentos utilizados pelos órgãos representativos do Estado.

Palavras-chave: fatalismo; impotência; condições objetivas de vida; fortalecimento; conscientização.

Abstract

Objective Life Conditions: How to live and survive in an urban community

The objectives of this research involve systematizing elements of the objective life conditions of urban settlement residents and analyzing their awareness about the influence of these conditions on their quality of life. We used the research group database, which contains interviews with residents of a suburban neighborhood, in Campinas city. Despite alienation and fatalism in the face of adversity, there is a perception about adverse and unsatisfactory conditions that could guide psychologist's work. This study reveals the importance of such surveys to exist, since the instruments used by the representative bodies of state does not cover the depth and urgency of these issues.

Keywords: fatalism; powerlessness; objective conditions of life; empowerment; awareness.

Artigo Recebido em 30/05/2012 e Aprovado em 01/09/2012

Introdução

O presente artigo é fruto de uma experiência de iniciação científica realizada pela primeira autora, sob supervisão, na tentativa de elucidar como as condições objetivas de vida dos sujeitos influenciam

sua consciência¹. Para tanto, utilizou-se uma fundamentação teórica que auxiliasse na compreensão da vida no capitalismo, bem como a formação da consciência, a partir da perspectiva histórico-cultural e então, que elucidasse o posicionamento dos

movimentos sociais na cultura produzida pelo capitalismo.

A vida no capitalismo

A partir de dados concretos da realidade social, bem como do decorrer da história da humanidade, percebeu-se que no modo de produção capitalista a desigualdade social tem o caráter estrutural. Conforme Sloan (2009) descreve, é por conta da lógica do capital que sua acumulação não é possível aos funcionários e sim, apenas, aos donos dos meios de produção. Tal fato passou a ocorrer neste sistema, já que os funcionários não recebem o suficiente para conseguir acumular e o excedente de seu trabalho não retorna a eles, pois são apropriados por aqueles que contratam sua força de trabalho, ou seja, os proprietários dos meios de produção. Com relação a esta lógica, atualmente, pode-se constatar a presença determinante da desigualdade social, por meio de dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000) e pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010). No caso do Brasil, cerca de 8,5% de pessoas vivem em situação de pobreza multidimensional. Este índice considera não apenas o aspecto financeiro, mas o padrão de vida, a educação e a saúde. Nesse cálculo são incluídos, por exemplo, aqueles que ainda usam combustível sujo para cozinhar seus alimentos, não possuem acesso à água potável, a saneamento adequado ou eletricidade, ou então que possuem membros na família com menos de cinco anos de estudo, ou com má-nutrição.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, 1

milhão e 75 mil pessoas de 104 países em desenvolvimento vivem em pobreza multidimensional, que é um índice, criado pelo IBGE em 2010, para captar as privações sobrepostas ao nível da família na saúde, educação e padrão de vida. Este índice baseia-se em três dimensões e dez indicadores, sendo eles: I - Padrão de vida (não ter eletricidade, não ter acesso a água potável limpa; não ter acesso a saneamento adequado; usar combustível sujo para cozinhar [estrume, madeira ou carvão], ter uma casa com piso de terra; não ter carro; caminhão ou veículo motorizado semelhante e possuir no máximo um dos bens seguintes: bicicleta, motocicleta, rádio, frigorífico, telefone ou televisor); II - Educação (não ter nenhum membro da família que tenha concluído cinco anos de escolaridade e ter pelo menos uma criança em idade escolar [até ao 8º ano] que não esteja frequentando a escola) e III - Saúde (ter pelo menos um membro da família que sofra de má nutrição e ter tido uma ou mais crianças que tenham falecido). Conforme descrito na Nota Técnica 4 do Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2010), cada um desses indicadores tem um peso específico que, se for igual ou maior que três, classifica a família como multidimensionalmente pobre e, se for entre 2 e 3, a classificação como vulnerável ou em risco de se tornar multidimensionalmente pobre.

Utilizando-se de dados de 2000 a 2008, o PNUD (2010) atribuiu ao Brasil um Índice de Pobreza Multidimensional de 0,039, ou seja, em média os indivíduos sofrem privação em 3,9% dos indicadores relacionados, sendo que 8,5% da população é multidimensionalmente pobre, com intensidade média de privação de 46% dos

indicadores, e outros 13,1% estão em situação de vulnerabilidade e em risco de se tornarem multidimensionalmente pobres. Há, ainda, 20,2% da população brasileira com, ao menos, uma privação em educação, 5,2% com, ao menos, uma privação na área da saúde e 2,8% com, ao menos, uma privação em relação ao padrão de vida.

É interessante, ainda, observar os dados fornecidos pelo Critério de Classificação Econômica Brasil – CCEB (ABEP, 2010), que considera os bens e serviços básicos possuídos pela população para classificá-la em oito classes (A1, A2, B1, B2, C1, C2, D, E), de acordo com seu poder de compra. É informado que a maior parte dos brasileiros encontra-se na classe econômica C1, representando 24,5% da população, acompanhados de perto pela classe C2, composta por 23,9%, e pelas classes B2 e D, compostas respectivamente por 18% e 17,9% da população. Esse indicador mostra ainda a renda média familiar referente a essas classes como sendo: classe B2 igual a R\$ 2.327; C1, igual a R\$ 1.391; C2, igual a R\$ 933; D, igual a R\$ 618; E, igual a R\$ 403. Nesse cálculo não é exposto a quantidade de pessoas que compõem a família, entretanto, conforme os dados já mencionados na tabela 1, o primeiro quinto mais pobre de cada região do Brasil possui renda per capita entre R\$ 10 e R\$ 45 e não estão incluídos neste cálculo dos agrupamentos sociais. No entanto, o fato destes indivíduos não estarem incluídos num instrumento que se propõe a dividir a sociedade em classes econômicas se justifica pela autodescrição do mesmo, já que “esse critério foi construído para definir grandes classes que atendam às necessidades de segmentação (por poder aquisitivo) da grande maioria das empresas”

(ABEP, 2010, p. 3). Em outras palavras, esse instrumento se propõe a dividir a sociedade em camadas de públicos-alvo para facilitar às empresas a definição de critérios para estipular o valor de uso de suas mercadorias. Desse modo, por não incluir famílias com menor renda em sua classificação da sociedade, deixa de ser um instrumento válido para se discutir a qualidade de vida da população brasileira.

Tabela 1. Renda per capita nas regiões do Brasil

Região	Média do 1º		Geral
	quinto mais pobre	quinto mais rico	
Sul	R\$ 45	R\$ 1.076	R\$ 353
Sudeste	R\$ 41	R\$ 1.154	R\$ 356
Centro Oeste	R\$ 38	R\$ 1.231	R\$ 367
Norte	R\$ 13	R\$ 663	R\$ 196
Nordeste	R\$ 10	R\$ 532	R\$ 152

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

O CCEB (ABEP, 2010), portanto, mostra-se como um instrumento interessante para situarmos somente as famílias com renda média maior que R\$ 403 e ineficiente para abarcar a desigualdade social e a maneira como ela se reflete nas condições objetivas de vida daqueles que vivem abaixo do nível de pobreza multidimensional ou mesmo da pobreza de rendimento, delimitada pelo IBGE pela Paridade do Poder de Compra de US\$ 1,25 por dia e por pessoa.

Quanto a essa divisão de classes, de acordo com o poder aquisitivo das famílias, e para observarmos uma estimativa da quantidade de pessoas excluídas pelo CCEB, utilizamos alguns dados com relação à renda divulgados no Censo que foi realizado pelo IBGE em 2000, e que ainda

não tiveram sua atualização divulgada pelo Censo 2010: a média da renda per capita entre as regiões do Brasil, em 2000, equivalia a R\$ 285, mas nos dados expostos na tabela 1, a desigualdade de distribuição da renda, indica pessoas com renda per capita no máximo de R\$ 1.076 e outras, no mínimo R\$ 10. Os dados coletados pelo IBGE no referido ano conferem ainda que no Brasil há em média 40% das pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 75,50, sendo que metade dessas tem renda per capita abaixo de R\$ 37,75. Apesar desses dados, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) relativo à renda no Brasil, nesse ano, o colocou numa qualidade média (0,677).

Atualmente, através de alguns dados já publicados pelo IBGE (2010) a respeito do censo do ano passado, vemos que mesmo uma década depois ainda existem 531.873 mil domicílios particulares sem renda per capita mensal, sendo que a maioria dos domicílios particulares, equivalendo a 3.705.925 milhões, possuem de 1 a 2 salários mínimos e a segunda maior parte, 3.505.268 milhões, possuem de meio a 1 salário mínimo per capita mensal.

Com relação às condições objetivas de moradia, a Organização Panamericana de Saúde - OPS (1999) publicou um documento especificando as condições necessárias para moradia e os riscos que sua violação pode oferecer aos indivíduos, podendo ser de ordem biológica, química e/ou psicossociais.

*Consciência versus alienação, fatalismo
mais opressão*

Feita esta breve caracterização a respeito das condições objetivas

consequentes ao sistema capitalista, cabe, então, fazer referência à constituição da consciência, elemento este que se responsabiliza pela diferenciação da atividade humana e da atividade animal. Por ser essencialmente social, a atividade humana permite a apropriação e objetivação dos conhecimentos acumulados, resultando na construção do ser humano por meio do desenvolvimento de suas funções psíquicas superiores. No entanto, justamente pela forma de trabalho da sociedade capitalista, o sentido e o significado da ação são dissociados, anulando o trabalho como algo que desenvolve o indivíduo, tornando-se uma atividade alienante (Duarte, 2004).

Somado a isso, os povos oprimidos da América Latina são considerados absortos no fatalismo, devido à construção histórica permeada de opressão com início na colonização destes países e continuidade até os dias de hoje (Martín-Baró, 1996). A pobreza naturalizada e a miséria institucionalizada provocam na população oprimida um sentimento de impotência diante dos próprios problemas, resultando na alienação e fatalismo mediante situações em que é necessária a luta por seus direitos. Nesse processo histórico, a psicologia tem atuado em favor das classes dominantes, oferecendo base teórica que permite culpabilizar os indivíduos pelo seu fracasso, como se este fosse apenas resultante de características individuais, ignorando a construção histórico-cultural que determina as condições objetivas precárias impostas a determinadas classes sociais, normalizando a desigualdade social e miséria das classes menos favorecidas (Guzzo & Lacerda Jr., 2007; Martín-Baró, 1996).

O papel do psicólogo

A psicologia deve atuar, diante destes contextos, a fim de propiciar o fortalecimento desses grupos (Guzzo & Lacerda Jr., 2007; Martín-Baró, 1996; Martín-Baró, 2009; Montero, 2011). Para que as comunidades oprimidas e discriminadas se organizem e lutem pelos seus direitos, devem participar da criação de possibilidades para a transformação social de uma sociedade que possui, como alicerce, a desigualdade.

Para tanto, é necessário que o psicólogo atue para promover a desalienação das pessoas e dos grupos, principalmente melhorando o enfoque nesses últimos, permitindo que tenham consciência de sua identidade pessoal e um saber crítico sobre si mesmos, evitando que se comportem ou como dominador ou como dominado (Martín-Baró, 1996). A Psicologia da Libertação possui três tarefas urgentes que são recuperar a historicidade dos povos, desideologizar o senso comum e a experiência cotidiana dos mesmos e potencializar as virtudes populares. (Martín-Baró, 2009).

A luta pelos direitos

O fortalecimento dos sujeitos de uma comunidade, portanto, permite que os integrantes participem na construção de sua realidade, delineando soluções e encaminhamentos para as questões sociais que lhe dizem respeito. O fortalecimento e a tomada de decisões, visando a transformação das condições sociais postas, têm como base essencial a apropriação da própria história, do conhecimento acumulado pela humanidade. É nesse ponto que nos deparamos com a presença da mídia nos dias de hoje e o espaço que vêm

tomando perante a construção da sociedade, por estar se relacionando com os sujeitos e, portanto, participando ativamente de sua constituição.

De acordo com Guareschi (2007) a mídia têm se mostrado um veículo de informações determinante na construção da ideologia, que só está sendo usado por pequenos grupos que detém o poder de influenciar as massas e acabam por oprimir e desestruturar os grupos excluídos. O autor relembra que as relações interpessoais que desenvolvemos nos fornecem elementos para constituir nossa identidade e nossa consciência, a respeito das condições materiais que nos rodeiam. A mídia, na sociedade moderna, tem sua presença demarcada no dia-a-dia de toda a população, o que se comprova com os dados coletados por esse mesmo autor que revela que a média de horas diárias que o brasileiro fica diante da TV, por exemplo, é de 4, podendo ser seis horas em algumas cidades periféricas pesquisadas por Guareschi (2007) e até mesmo nove horas para as crianças, cujos pais têm medo de deixá-las brincar na rua.

Portanto, não é de se espantar que os meios de comunicação assumam hoje um papel de construir a realidade, determinando se um fato existirá ou deixará de existir e, ainda, a conotação valorativa que se atribui a esse fato. Paralelamente, determina a agenda de discussão, que se expressa no fato de que 80% dos assuntos discutidos nos âmbitos sociais são aqueles veiculados pela mídia (Guareschi, 2007), podendo, inclusive, eliminar um assunto da pauta.

Esses elementos expostos pelo autor nos levam a compreender o poder de influência que os meios de comunicação exercem sobre a sociedade. É passível também de se

refletir a questão da falta de democracia na utilização de tais meios e, mais ainda, a influência que um pequeno grupo de pessoas exerce sobre toda a população, pois só no Brasil 90% da mídia eletrônica está nas mãos de nove famílias. A mídia pode, então, ser um veículo para a participação dos sujeitos na construção de sua realidade. No entanto, como este meio de comunicação de massa é pouco acessível para divulgar as demandas dos grupos discriminados pela lógica dominante e, inclusive, influencia as massas de maneira contrária a tais grupos, os movimentos sociais se revelam como instrumentos efetivos de comunicação de tais demandas (Goss & Prudencio, 2004).

Obejtivos

Este artigo tem como objetivo geral entender como se dá a influência das condições materiais de vida na construção da subjetividade. Sendo assim, os objetivos específicos são: sistematizar elementos das condições de vida de moradores de uma ocupação urbana, informados por meio de um censo comunitário e entrevistas domiciliares e analisar a consciência desses indivíduos sobre a sua qualidade de vida e como as condições objetivas a influenciam.

Método

Este artigo funda-se no pensamento metodológico proposto pelo Materialismo Histórico Dialético que, como descrito por Marx e Engels (1977), toma primeiramente a realidade concreta para depois entender as representações abstratas que dela se refletem. Será considerado também o processo histórico de constituição da

realidade concreta, apreendendo as contradições expostas nas entrevistas para entender como as condições objetivas de vida dos moradores de uma comunidade urbana influenciam na formação de sua consciência, bem como na construção da alienação e do fatalismo mediante as circunstâncias impostas pelo sistema capitalista.

Fontes de pesquisa

Foram utilizadas as questões Banco de dados do grupo de pesquisa contendo 60 entrevistas realizadas censitariamente, entre os anos de 2009 e 2010. O instrumento geral utilizado é composto por quatro eixos que se referem à (1) identificação do entrevistado, (2) à dimensão sócio-econômica, (3) ao que trouxe o entrevistado para aquele espaço, e (4) a vida falada e escrita. A entrevistas foram realizadas em momentos diferentes por outros membros do grupo de pesquisa, cada qual utilizando do instrumento geral com adaptações concernentes aos objetivos de suas pesquisas.

Contexto das entrevistas

O bairro em questão teve sua origem em 1998, por meio de uma ocupação urbana. Pelas descrições dos pesquisadores que realizaram as visitas ao local, foi possível observar que, até então, não havia asfalto nas ruas, centro de saúde, grupo escolar ou área de lazer. O meio de transporte na região é precário por ser impossível o ônibus intermunicipal transitar no local em dias de chuva. As casas, em sua grande maioria, estão em inacabadas e em terrenos pequenos. De acordo com relatos coletados

pelos entrevistadores, há pontos de droga no bairro.

Caracterização dos participantes

O banco de dados abrange cerca de 5% (60 moradores) do bairro, que possui cerca de 1.300 moradores. Dentre os participantes 65% são do sexo feminino e 35%, do sexo masculino. Quanto ao número de cômodos na casa, a maior parte dos entrevistados (33,3%) possui quatro cômodos, sendo que na metade das residências há um cômodo por morador ou menos. Em apenas 60% das casas dos entrevistados há cozinha, sendo que em menos de 60% delas há geladeira ou fogão e em menos de 30% há mesa. Quanto ao(s) quarto(s), menos de 40% possuem cama ou guarda-roupa. Quanto à sala, menos de 50% possuem aparelho de televisão e menos de 40% possuem sofá. Em relação à escolaridade, metade dos entrevistados não avançou além do Ensino Fundamental. Pouco mais da metade dos entrevistados recebem menos que três salários mínimos, sendo que a maioria recebe até dois salários mínimos. Apenas alguns, cerca de 6,67%, recebem mais que quatro salários mínimos.

Resultados

Foram utilizadas quatro questões do instrumento utilizado pelo grupo de pesquisa para as entrevistas. Cada argumento das respostas encontradas foi categorizado, resultando na seguinte sistematização:

Quadro I. Síntese dos resultados – questões 1 - “O que mais gosta de fazer na vida?” e 2- “Onde você obtém informações sobre o que acontece na vida?”

	Categoria predominante	Descrição da categoria
1. O que mais gosta de fazer na vida?	Lazer (48,15%*)	Argumentos que se referem às atividades de lazer enquanto atividades de distração, entretenimento ou repouso.
2. Onde você obtém informações sobre o que acontece na vida?	TV (42,9%*)	Argumentos referentes à televisão

*relativo aos argumentos encontrados na questão.

Na questão 1 – *o que mais gosta de fazer na vida?*, encontramos a categoria Lazer, com 48,15% de frequência, indicando argumentos referentes às atividades de distração, entretenimento ou repouso como atividades que mais se gosta de fazer na vida. Com relação à questão 2, referida no mesmo quadro, a maior parte dos argumentos (42,9%) indica a TV como meio para obtenção de informações. Embora não explicitado no quadro, temos também na questão 1 o Trabalho como segunda atividade que mais se gosta de fazer na vida. Já em relação à questão 2 – *onde você obtém informações sobre o que acontece?*, temos também o jornal impresso como segunda fonte de informações mais citada.

Quadro II. Síntese dos resultados – questão 3. “O que gostaria de mudar em sua vida?”

	Categorias predominantes	Descrição da categoria
3.O que gostaria de mudar em sua vida?	Moradia (25%*)	Argumentos relativos ao lugar em que a pessoa vive, tais como vontade de mudar de bairro, vontade de conquistar a propriedade de sua casa, vontade de reformar a casa, críticas referentes à estrutura básica do bairro
	Trabalho (22,22%*)	Argumentos que se referem à mudanças relativas ao trabalho de uma maneira geral, podendo se expressar como falta de oportunidade de emprego, o desgosto em trabalhar, a vontade de trabalhar e a busca por um trabalho menos sacrificante.

*relativo aos argumentos encontrados na questão.

Quanto à questão 3 – *o que gostaria de mudar em sua vida?*, vemos que a maior parte dos argumentos (25%) referem-se às condições objetivas de moradia, incluindo tanto o espaço peridomiciliar quanto o intradomiciliar, e, em segundo lugar, estão os argumentos referentes às condições de trabalho. Convém acrescentar que 55% dos argumentos encontrados dizem respeito às condições objetivas de vida de maneira geral.

Quadro III. Síntese dos resultados – questão 4 “Como define suas condições de vida?”

	Categorias predominantes	Descrição da categoria
4. Como define suas condições de vida?	Presença de Dificuldades (46%*)	Argumentos que demonstram a presença de alguma dificuldade na vida da pessoa, variando a intensidade com que são adjetivadas.
	Indicação de Adaptação (39%*)	Argumentos que demonstram a adaptação às condições de vida, podendo estar explicitada a presença de estratégias de enfrentamento, a acomodação e aceitação passiva das dificuldades, ou mesmo não estar indicado em que circunstância tal adaptação se faz. Levar este dado para a discussão, se ele consegue estratégias de enfrentamento ou se simplesmente se acomodou.

*relativo aos argumentos encontrados na questão.

Quanto à questão 4 – *como define suas condições de vida?*, demonstra que a maior parte dos argumentos (46%) fornecidos pelos participantes indicam a percepção de dificuldades em suas condições de vida. Com boa frequência também temos os argumentos que indicam alguma forma de adaptação, ou seja, a percepção de suas condições de vida mediante uma adaptação a tais condições. Essa adaptação varia entre a formulação de estratégias de enfrentamento, a acomodação, a aceitação passiva das dificuldades ou mesmo não ter sido indicado de que forma é feita tal adaptação. Cabe aqui complementar que foram encontrados também, na questão 4,

argumentos que sinalizam a necessidade de muitas mudanças, sem especificar quais. Outros argumentos explicitam ainda, a percepção de uma inexistência de necessidade de mudança, como, por exemplo, a fala da participante 19: “*Ah! Acho que nada! Talvez algo em relação ao meu emprego*”.

Discussão

Observamos o destaque para as atividades em que é possível o sujeito objetivar sua personalidade (Duarte, 2004), e, principalmente, as atividades que tiveram maior incidência revelam possibilitar a associação entre o sentido e o significado da ação. Curiosamente, há a presença considerável de argumentos que indicam o trabalho como atividade que mais gostam de fazer na vida, sendo 16,7% dos argumentos voltados à essa questão e a segunda categoria que mais citada. Tal resultado mostra haver motivação em trabalhar, haver sentido na atividade realizada, ainda que o trabalho na sociedade capitalista sofra a dissociação entre sentido e significado (Duarte, 2004). No entanto, não é possível termos conhecimento do tipo de trabalho a que os participantes se referem, podendo dizer respeito a qualquer uma das diversas formas que podem ser caracterizadas como trabalho, com exceção de um participante que revela gostar de trabalhar com plantação no sítio onde fora criado.

É possível, portanto, observar a importância que têm as atividades em que os sujeitos se apropriam do conhecimento acumulado e objetivam suas próprias descobertas, investigações, sua própria personalidade, já que essa característica é comum a todas as atividades indicadas.

Podemos com isso concluir, que as atividades que proporcionam o desenvolvimento do ser humano na sua relação consigo mesmo e com outros são atividades realizadas com prazer e motivação, configurando-se em algo que o sujeito mais gosta de fazer na vida.

Nas respostas que vão além dos objetivos da pergunta, observamos que alguns indivíduos são impossibilitados de fazer o que gostam, uns por não terem tempo para se divertir, outros por não terem a oportunidade de realizar tal atividade, como estar desempregado devido à carência de vagas de emprego.

Há também a percepção de que “o trabalho engrandece o homem” e é o único meio para se obter alguma conquista. O trabalho é uma atividade necessária para o desenvolvimento das funções superiores do ser humano (Duarte, 2004) e, portanto, engrandece o homem neste sentido. No entanto, sabemos que o sistema capitalista revoluciona a atividade humana justamente por tornar possível à classe dominante, a conquista de algo sem o trabalho, ou seja, através da contratação e exploração da mão de obra de outrem. E isso se revela uma contradição desta sociedade, que ao ser internalizada pelo indivíduo pode se configurar em elementos fatalistas e de não enfrentamento, ao sentir-se impotente diante desta realidade.

Observa-se também a grande influência da mídia eletrônica neste contexto, representada muito mais pela televisão, do que pelo rádio. Isso pode indicar a influência da ideologia dominante propagada pelos meios de comunicação na percepção dos sujeitos acerca das consequências que as condições objetivas vivenciadas trazem para sua qualidade de

vida. Ainda assim, vemos considerável quantidade de indicações aos espaços como escola, igreja, conversa com amigos, familiares e colegas, que dão a possibilidade de o receptor participar da transmissão da informação e, com isso, poder problematizar a notícia e a realidade, dando condições para se construir a ação coletiva nessa comunidade o que é potencialmente promotor do fortalecimento do grupo (Montero, 2011).

Grande parte dos argumentos revelam a percepção das questões objetivas das vidas dos sujeitos que, ou não estão satisfatórias ou são muito adversas. Ficam nítidas as questões adversas de moradia, tanto ao espaço intradomiciliar quanto ao peridomiciliar, este, por sua vez, agravando outras adversidades da esfera individual. Cabe aqui lembrar que os serviços carentes desta comunidade, como asfalto, grupo escolar, centro de saúde, segurança, saneamento, transporte coletivo, são todos de obrigação do Estado. Enquanto as questões de moradia e de trabalho são as mais evidentes, há sujeitos que apontam a necessidade de mudar muitas coisas ou mesmo tudo. No entanto, também há referências à ausência de necessidade de qualquer mudança, revelando a alienação de alguns deles à respeito da influência que as condições objetivas adversas exercem sobre a qualidade de vida. Podemos captar a presença do fatalismo, inclusive, em alguns argumentos que colocam ser necessário apenas ter fé em Deus para que as adversidades se resolvam ou, então, esperam da Igreja e de Deus a pressão social e moral para realizar a mudança que julgam necessárias, como por exemplo, o abandono da dependência do álcool.

Por fim, a última questão nos revela novamente a contradição na percepção das condições objetivas, mas ainda mais acentuada. Vemos que há uma grande indicação da percepção de dificuldades, que são por vezes extremas. No entanto, também é muito indicada a percepção de que nem tudo está ruim, de que há pontos positivos que compensam as dificuldades, como ter saúde e vontade de viver. Há também aqueles que percebem suas condições de vida como boas, às vezes como ótimas, chegando a dizer que não têm do que reclamar.

Essa percepção de elementos positivos, que foi denominada de “indicação de adaptação” no plano de análise dos resultados, sinaliza a resignação e passividade (Goss & Prudencio, 2004; Montero, 2011) diante de condições objetivas de vida muito adversas e que merecem a atenção da comunidade e do Estado, pois impedem o desenvolvimento saudável dos indivíduos e da própria sociedade. Há outros argumentos que nos mostram a realidade é captada como um dado estático, que não sofre transformações (Iasi, 1999).

A partir da caracterização dos entrevistados e das respostas fornecidas através do instrumento, pode-se constatar que a situação concreta da moradia, abarcando os espaços intra e peridomiciliar, apresenta uma série de adversidades, considerando as especificações da Organização Panamericana de Saúde (OPS, 1999). Visto os argumentos encontrados, que em sua maioria apontavam para a necessidade de melhorias na própria casa, pode-se concluir que as mesmas não satisfazem por completo as necessidades particulares da vida familiar e pessoal. Com

relação ao espaço peridomiciliar, embora haja eletricidade, encanamento e sinal de TV (OPS, 1999) a comunidade é carente de serviços de saúde, considerados os mais essenciais, não havendo vigilância ou atenção primária ambiental o que potencializa que o lixo nas ruas favoreça o surgimento de vetores de doenças.

Outros fatores de risco indicados pela organização que estão presentes na comunidade são a falta de acabamento e a necessidade de reforma das casas, pois as fissuras do material utilizado nas construções emitem substâncias prejudiciais à saúde dos moradores. Segundo os critérios da OPS, a moradia deve oferecer, também, abrigo resistente aos impactos naturais e sociais, o que ocorre nesta comunidade, pois nos seus relatos, os moradores apontam que as crianças ficam dentro de casa como medida de segurança, o que aponta para uma aparente contradição. No entanto, elas sofrem a influência inevitável do espaço peridomiciliar, que expõe tais indivíduos a situações como a violência e o tráfico de drogas.

A renda dos sujeitos é outro elemento a ser considerado na análise de suas condições objetivas de vida. Vemos que 59% dos entrevistados têm renda abaixo de três salários mínimos, sendo que a maioria recebe entre um e dois salários. Entre a maioria dos entrevistados há duas pessoas no grupo familiar trabalhando seguidos de perto dos grupos familiares em que há apenas uma. Aliás, a maior parte dos entrevistados mora em quatro pessoas na casa. Considerando o grupo de pessoas que moram em quatro, dois trabalham ganhando um salário mínimo, chegaremos a uma renda familiar mínima de R\$ 1.090 e máxima de R\$ 2.180. No caso dos grupos

familiares em que apenas um trabalha, a renda familiar está entre R\$ 545² e R\$ 1.090.

De acordo com o Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2010), o primeiro grupo familiar está incluído ou na classe B2 ou na C2, enquanto o segundo se incluiria ou na classe D ou na C2. Devemos considerar além desses casos, que ainda há as famílias que são compostas por até nove pessoas e, também, há aqueles que moram sozinhos. Em suma, temos alguns indivíduos desempregados, mas a maioria possui uma renda familiar mínima de R\$ 545, variando o número de pessoas a que essa renda deve sustentar.

Quanto aos índices de desenvolvimento humano e de desigualdade sugeridos pelo PNUD (2010) é possível afirmar que os entrevistados não são considerados multidimensionalmente pobres, apesar de vivenciarem adversidades e restrições.

O papel da psicologia é de extrema importância e singularidade perante esta situação de alienação e fatalismo. Vivemos numa sociedade desumanizada e desumanizadora, que submete a maioria das pessoas a situações extremas. Em oposição a isso, glorifica o explorador, que consegue realizar suas conquistas sem se importar com as consequências de suas ações. A sociedade capitalista cria e recria uma série de mecanismos para manter essa situação, acreditando fielmente que sua forma de governo, de modo de produção, é a melhor. É na medida em que esses mecanismos se utilizam da ideologia, do senso comum e da alienação para se efetivarem, que a atuação do psicólogo se mostra essencial.

Diante deste quadro, o psicólogo pode utilizar seus conhecimentos e técnicas para promover a conscientização e o

fortalecimento dos grupos excluídos e submetidos à violência que a sociedade capitalista lhes reserva. Nesse trajeto é necessário apropriar-se da produção de outras áreas sob o viés da psicologia e, sem dúvida, se unir a outros profissionais e sujeitos inseridos no grupo em questão.

A conscientização e fortalecimento destes grupos se constituem como uma única solução para a transformação da sociedade. E diante do fato de que o capitalismo degrada a humanidade dos seres humanos (Iasi, 1999) e, conseqüentemente, a espécie humana e o planeta, vemos que a conscientização e o fortalecimento em busca de justiça e de igualdade social são aspectos importantes a serem trabalhados pelo psicólogo.

Considerações finais

Vemos que, apesar de todas essas condições objetivas adversas, os entrevistados não são classificados pelo PNUD (2010) como multidimensionalmente pobres, ou seja, não são vistos pelos órgãos a serviços do Estado como estando em situação alarmante. E também são relativamente bem classificados a partir da ABEP (2010), como um público alvo extenso e interessante para as empresas. Sendo assim, pode-se concluir que o Estado, governantes e empresários dificilmente olharão para esta comunidade visando sua melhoria. Isso evidencia ainda mais a importância deste projeto para explicitar e denunciar as condições objetivas a que estão submetidas não só esta comunidade, mas grande parte da população do Brasil. E mais, que estão submetidas a estas condições devido à negligência dos governantes e ao fatalismo dos governados.

Por isso, é importante o investimento em pesquisas que gerem meios para a mudança social. É essencial e urgente a discussão sobre para que serve a psicologia, sobre sua posição frente à ideologia dominante, e sobre a formação de psicólogos que possam trabalhar com populações que têm sofrido os efeitos colaterais do capitalismo.

Notas de rodapé

¹ Trabalho originalmente apresentado no V Seminário do NEPPM – “Psicologia Histórico-Cultural e Marxismo”

² Em relação ao salário mínimo da época em que foram coletados os dados

Referências

- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (2010). *Critério de Classificação Econômica Brasil*. Recuperado em 20 de dezembro de 2010, em <http://www.abep.org/novo/Content.aspx?ContentID=302>
- Duarte, N. (2004). Formação do Indivíduo, Consciência e Alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. *Cadernos Cedes*, 24(62), 44-63.
- Goss, K. P. & Prudencio, K. (2004). O conceito de movimentos sociais revisitado. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 1(2), 75-91, vol. 2.
- Guareschi, P. A. (2007). Mídia e Democracia: o quarto versus o quinto poder. *Revista Debates*, 1 (1), 6-25.
- Guzzo, R. S. L. & Lacerda Jr., F. (2007). Fortalecimento em Tempo de Sofrimento: reflexões Sobre o Trabalho do Psicólogo e a Realidade Brasileira. *Revista Interamericana de Psicologia/ Interamerican Journal of Psychology*, 41 (2), 231-240.
- Iasi, M. L. (1999). *Processo de Consciência*. São Paulo: CPV.
- IBGE (2010). *Censo Demográfico 2010*. Recuperado em 05 de maio de 2011, em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia - Natal*, 2(1), 7-27;
- Martín-Baró, I. (2009). Para uma psicologia da libertação. In: R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Orgs.). *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas, SP: Alínea.
- Marx, K. & Engels, F. (1977). *Para conhecer a história*. (tradução W. Duarte). Santo André: Projeto.
- Montero, M. (2011). A Tensão entre o Fortalecimento e as influências alienadoras no trabalho psicossocial comunitário e político. In: R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Orgs.). *Psicologia & Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social*. Campinas, SP: Alínea. p. 65-81.
- Organização Panamericana de la Salud; Organización Mundial de la Salud & División de Salud y Ambiente. (1999) *Documento de posición sobre Políticas de Salud en la Vivienda*. Washington, D.C. y La Habana, Cuba.
- PNUD (2010). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2010*. Recuperado em 04 de maio de 2011, em <http://www.pnud.org.br/rdh/>.
- Sloan, T. (2009). Globalização, pobreza e justiça social: papéis para os psicólogos. In: R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr (Orgs.). *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas, SP: Alínea.

Os autores:

Paola Regina Buoro é graduada em Psicologia, pela PUC-Campinas. Atualmente participante do grupo de pesquisa Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação, liderado pela Prof^a Dra^a Raquel Souza Lobo Guzzo, com bolsa FAPIQ de Iniciação Científica.

Walter Mariano de Faria Silva Neto possui graduação em Psicologia - Formação de Psicólogo, Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal de Uberlândia (1996) e Mestrado em Psicologia Escolar pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1999). Atualmente é aluno do programa de doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, bolsista CAPES, membro do grupo de pesquisa: Avaliação e intervenção psicossocial: prevenção, comunidade e libertação

Raquel Souza Lobo Guzzo possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, mestrado e doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado em Estudos Comunitários e Prevenção pela University of Rochester, USA. Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas nos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia. Coordenadora do GT de Psicologia Escolar e Educacional da ANPEPP.

Endereço para correspondência:

Endereço: Rua Santa Monica, 136. Jd. Santa Marcelina. Campinas/ SP, Brasil. CEP 13100-101,
Email: rguzzo@mpc.com.br